

**DIRETORIA LEGISLATIVA
CONSULTORIA LEGISLATIVA**

ORIGEM: COMISSÃO EXTERNA DA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NOVA TRANSNORDESTINA (CEXTRANS)

TIPO DE TRABALHO: INFORMAÇÃO TÉCNICA

ASSUNTO: Audiência pública realizada em 12/12/2017, para que o Grupo de Trabalho, formado por MPOG, MT, PPI, ANTT e CSN, apresente seus resultados no estudo da ferrovia Transnordestina.

CONSULTOR: Frederico de Moura Carneiro

DATA: 10/12/2018

Tema: Apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho formado por MPOG, MT, PPI, ANTT e CSN, no tocante aos estudos de viabilidade da ferrovia Transnordestina.

Palestrantes:

1) Sr. Fábio Luiz Lima de Freitas - Diretor do Departamento de Parcerias da Secretaria de Fomentos e Parcerias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Inicialmente, o expositor salienta a complexidade do processo, mas expressa a vontade do Ministério em ver a retomada da obra e sua conclusão, posto que irá promover a melhoria da infraestrutura logística da região. Faz menção ao Grupo de Trabalho (GT).

Em seguida, ressalta dois importantes passos a serem cumpridos pela concessionária. O primeiro refere-se ao atendimento das exigências do TCU, no tocante ao projeto executivo, a fim de possibilitar calcular o valor final do empreendimento. O segundo reside na necessidade de obtenção de parceiro investidor ou de algum outro meio de alavancar a aplicação de recursos na obra.

Aponta as falhas na estratégia inicial adotada, no sentido de começar as obras dos três trechos simultaneamente. Com isso, o quadro atual consiste em três trechos inacabados e inoperantes. A proposta é de se finalizar um trecho de cada vez, permitindo a sua operação e viabilizando o negócio.

Frisa a importância dos processos abertos na ANTT para apurar a responsabilidade pelos atrasos e pelo descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Afirma que tais processos podem culminar na caducidade do contrato, mas o objetivo de todos é fazer com que a obra seja concluída.

Ao final, com relação à atuação do Ministério no processo, revela que contam com duas frentes: uma tentando viabilizar a solução dos

impasses do contrato e outra no que se refere às providências tomadas pela Agência.

Antes de passar a palavra ao segundo palestrante, o Deputado Raimundo Gomes de Matos informou sobre gestões junto à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para que a obra da ferrovia não seja incluída na lista de empreendimentos impedidos de receber recursos da União. Ou seja, a ideia é que haja previsão no OGU. Nada obstante, os relatórios e acórdãos do TCU ficam mantidos.

Afirma ainda que a Sudene iria elaborar a composição financeira até março de 2018, como repactuação do pagamento das dívidas da concessionária com a Superintendência.

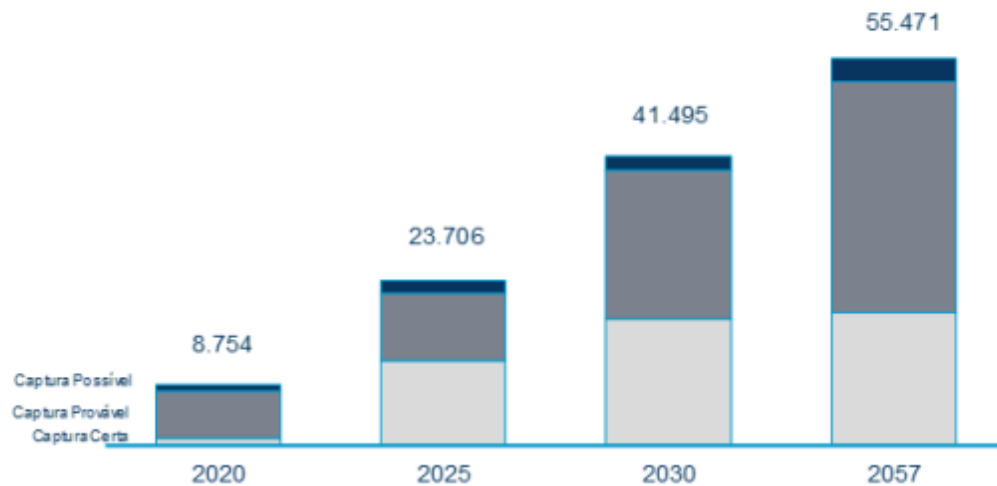
2) Sr. Bruno Sad - Diretor no Departamento de Infraestrutura e Logística da Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O palestrante apresenta o relatório elaborado pelo GT, desenvolvido de fevereiro a julho de 2017.

A partir da dúvida levantada pelo TCU quanto à viabilidade do empreendimento, o GT se debruçou sobre a demanda pela ferrovia. O estudo promovido por grupo de consultoria revelou movimentação de cargas crescente, sobretudo o minério de ferro, como se observa na figura abaixo:

Movimentação de cargas da TLSA diante dos potenciais de captura identificados

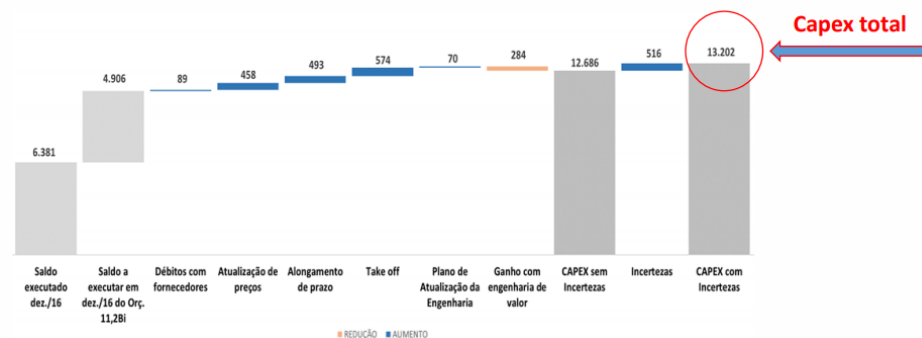
mil tons



Com relação ao custo da obra, o GT chegou aos seguintes dados:

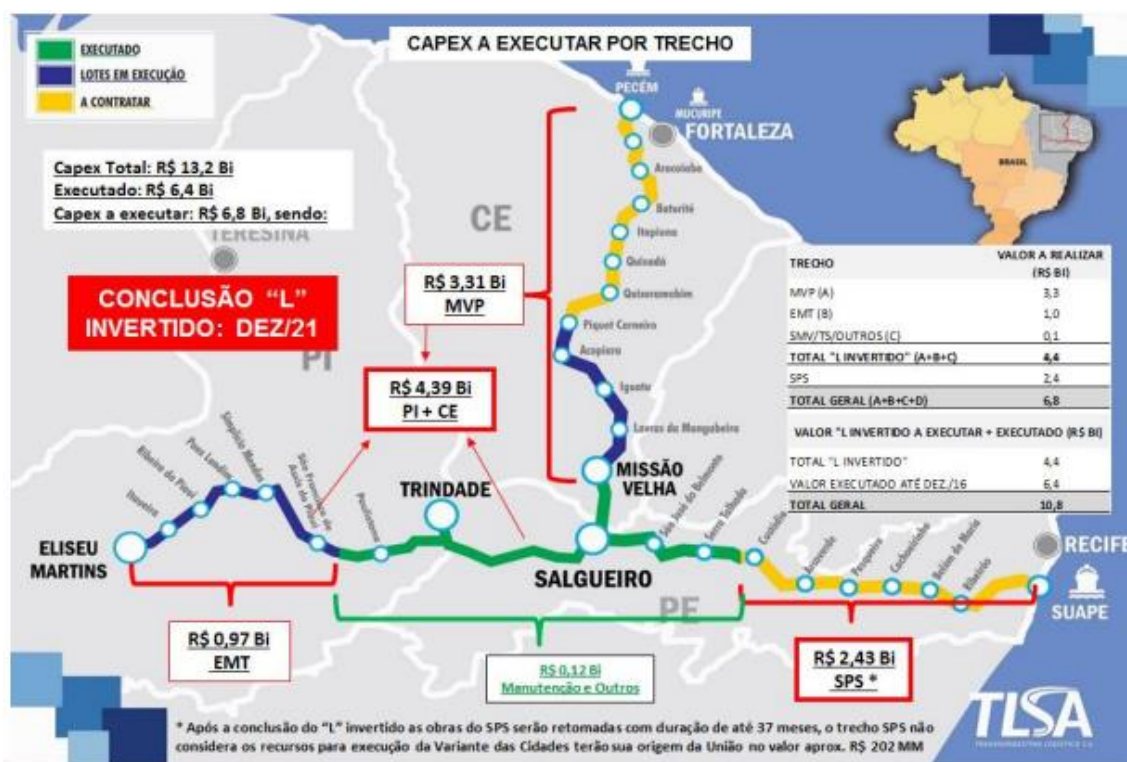
➤ CAPEX

- Investimento realizado até dez/2016 – R\$ 6,4 bilhões
- **CAPEX a executar – R\$ 6,8 bilhões** – sendo R\$ 0,5 bi de incertezas devido à falta de todos os projetos concluídos
- As sondagens e os projetos serão entregues até julho/2018



Ressalta que o valor de R\$ 13,2 bilhões é uma estimativa bem próxima do valor real. Em seguida, justifica o aumento do valor inicial de R\$ 4,5 bilhões para o novo montante devido às aproximações inadequadas utilizadas naquela ocasião, à intenção de se utilizar parte da malha existente, o que não aconteceu, pois o projeto é novo (*green field*), com bitola larga, além da correção monetária ao longo do período.

Na sequência, aborda a questão do plano de ataque à obra. Frisou a necessidade de se concluir um trecho e, então, possibilitar a operação desse trecho e conseqüentemente a geração de receitas. Desse modo, a proposta é priorizar o trecho Eliseu Martins/PI – Pecém/CE (“L” invertido), permitindo a ligação entre a mina e o porto. Com a operação do trecho, a concessionária obterá recursos para concluir o trecho restante (até Suape/PE) – valor estimado de R\$ 800 milhões em quatro anos de operação.



Outra conclusão do relatório do GT refere-se à necessidade de obtenção de parceiro estratégico, capaz de aportar R\$ 4,5 bilhões para o sucesso do projeto. De acordo com os estudos, o melhor arranjo seria uma combinação entre aporte via *equity* e venda de capacidade futura. Até a data da audiência, a TLSA ainda não havia concretizado qualquer parceria.

Concluindo, o expositor lista as condições necessárias para se que sejam retomados os aportes públicos à obra:

- Apresentação pela TLSA de parceiro estratégico que aporte os R\$ 4,5 bilhões necessários à conclusão do investimento;

- Previsão no orçamento da Valec de 2018, 2019 e 2020 dos recursos necessários para aportar ao projeto;
- Solução do financiamento da CSN perante o BNDES, contando com o apoio dos Ministérios envolvidos;
- Validação pela ANTT do novo orçamento e o novo cronograma de obras, com previsão de término do “L” invertido até dezembro de 2021 e do trecho final (“I” deitado) até dezembro de 2025;
- Anuência do TCU a respeito das propostas do relatório do GT e cumprimento das exigências do Acórdão 67/2017.

3) Sr. Sérgio Leite - Presidente da Transnordestina Logística S.A.

O palestrante inicia externando satisfação nos trabalhos do Grupo no sentido de tentar viabilizar a retomada do empreendimento. Enaltece a sintonia dos integrantes do GT, imbuídos no propósito de solucionar o entrave.

Direciona sua fala a dois pontos específicos: a necessidade do atendimento pleno dos requisitos técnicos (sondagens, desenhos, etc.) e da obtenção da parceria para financiamento externo (apesar de já haver tratativas nesse sentido, não revelou nomes).

Salienta a consistência do estudo de mercado realizado. Destaca a importância do minério de ferro a ser transportado pela ferrovia. Esse potencial de carga traduz-se em forte ponto de negociação na obtenção do parceiro.

Outra linha de atuação seriam os candidatos de operar o eixo logístico em construção: mina – ferrovia – porto. Afirma que a concessionária também promove negociações para efetivar essa parceria junto a grupos internacionais.

No tocante à questão do crédito, já contrataram consultores financeiros especializados para negociar junto às agências de crédito. Nessa mesma linha, pretendem regularizar as pendências junto às instituições financeiras públicas a fim de gerar um ambiente seguro e confiável, a fim de possibilitar a entrada de capital estrangeiro.

Finaliza salientando a animação e as boas expectativas da concessionária para a solução da questão.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos, antes de passar a palavra a demais deputados, destaca a existência de entraves relacionados a questões ambientais para operações nos terminais portuários de Pecém e Suape. Chama a atenção para a necessidade de solucionar esses entraves de modo a conferir maior segurança aos investidores.

Quanto à essa questão dos licenciamentos, o Sr. Bruno afirmou que os ministérios estão promovendo gestões para resolver esses entraves.

O Sr. Fábio esclarece alguns pontos relativos a trechos da ferrovia inseridas em áreas urbanas, que motivaram alteração de traçados. Os projetos relativos a essas mudanças estão sendo apreciados pela ANTT. Salaria também a existência de áreas mais sensíveis a questão ambiental no porto de Suape/PE. Acredita que as pendências no porto de Pecém/CE serão resolvidas junto às autoridades ambientais do Estado antes da finalização da obra até esse porto, em 2021.

Com a palavra, o Deputado Augusto Coutinho ressalta a aflição e apreensão por parte da Comissão com a morosidade com que a questão vinha sendo tratada. No entanto, mostra-se animado com os resultados do GT, esperançoso de que os entraves sejam finalmente superados. Coloca-se à disposição para colaborar na solução dos entraves ambientais junto ao Estado de Pernambuco.

O Deputado Odorico Monteiro ressalta o trabalho da Comissão Externa e da bancada do Nordeste junto à Comissão Mista de Orçamento, no sentido de garantir no OGU investimentos na ferrovia Transnordestina. Anuncia reunião com a bancada do Nordeste, governadores, TLSA e ministérios envolvidos, a ser realizada em 2018, para dar continuidade às tratativas para a retomada das obras.

Finalizando, o Deputado Raimundo Gomes de Matos encerra as atividades do ano da Comissão e programa a retomada dos trabalhos com a realização de audiências públicas para ouvir da TLSA sobre o andamento das negociações para obter as parcerias anunciadas.

Consultoria Legislativa, em 10 de dezembro de 2018.

Frederico de Moura Carneiro
Consultor Legislativo